



2010
Ano Europeu para o
combate à pobreza
e exclusão social

Número 7

Abril 2008

NÚCLEO DISTRITAL DE BEJA

Envelhecimento Activo: Uma reflexão

Falar sobre envelhecimento activo, implica reflectir sobre a forma de estar e de ser de cada indivíduo, na medida em que podemos ter jovens que são “idosos” e idosos que são “jovens”, nomeadamente na sua forma de ser e de estar.

A cada dia que passa, cada um de nós está mais “velho” do ponto de vista físico, a questão que se coloca é a de que ideais prosseguimos?, que valores e referenciais são os nossos? e em que medida os transmitimos.

Em função da atitude de cada um perante a vida e das suas próprias vivências, uma vez atingida a idade da reforma, várias são as hipóteses que se colocam:

- em função daquilo que foi a vida de cada um;
- em função das expectativas que cada um criou em relação ao seu futuro;
- em função do que a sociedade tem para oferecer.

Chegados a este ponto constatamos pessoas com baixas reformas, idosos que alguns idosos optam por se em aldeias e vilas do interior, idosos dedicar a causas, ou de alguma sem família, ou com a família distante, forma tentam manter alguma que vêm dificultado o acesso a actividade profissional, muitas das instituições que os possam acolher, ou vezes no apoio a projectos ou de poder pagar, ou encontrar quem lhes negócios familiares, para outros, os possa prestar apoio. Mas neste perfil netos passam a ser o seu centro de também se encaixam muitos outros atenções, apoiando desta forma os idosos, que mesmo possuindo melhores filhos cujo tempo é escasso, outros condições económicas, de igual forma ainda optam por nesta fase das suas se deparam com o mesmo tipo de vidas, fazer aquilo que nunca problemas, não encontrando as puderam enquanto estiveram na vida respostas necessárias, nomeadamente profissional activa, como seja viajar, algumas que considero fundamentais e no entanto existe todo um outro transversais a todos os idosos, o **AMOR** conjunto maioritário de idosos que **e o Carinho, a alegria e a Paz.** não se enquadra em nenhuma das Numa fase de maior vulnerabilidade, opções anteriores, quer por falta de quantos não se aproveitam da situação ideais de vida, quer por não de dependência dos idosos, situação por encontrarem da sociedade resposta vezes até observada no seio da própria às suas necessidades. família, onde a gestão dos bens passa a

Para estas pessoas a vida passou a ser um fardo, onde os dias custam a passar, é a **SOLIDÃO** que impera.

Neste grupo de idosos, encontramos

ser efectuada por alguns dos seus membros.

(Continua na última página)

Nesta edição:

Envelhecimento Activo	1
Direitos dos Idosos	2
Os 12 Mandamentos da Geriatria	2
Envelhecimento e alcoolismo	3
O Idoso e o Cuidador - Tratos e Maus Tratos	3
Aldeias Lar: Um ano depois	4
Livros interessantes	4
O nosso envelhecimento	5
Interesse na Net	5
Seminário Envelhecimento Activo	6
13 mil idosos à espera de um lar	7
Envelhecimento Activo - continuação da página 1	8

Participaram neste número

- João Martins
- Anselmo Prudêncio
- Soraia Barroso

Direitos dos Idosos

Princípios das Nações Unidas para o Idoso

**Resolução 46/91 – Aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas
16/12/1991**

INDEPENDÊNCIA

- 1 - Ter acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário, à saúde, a apoio familiar e comunitário.
- 2 -Ter oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de geração de rendimentos.
- 3-Poder determinar em que momento se deve afastar do mercado de trabalho.
- 4-Ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional.
- 5-Poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças.
- 6- Poder viver em sua casa pelo tempo que for viável.

PARTICIPAÇÃO

7-Permanecer integrado na sociedade, participar activamente na formulação e implementação de políticas que afectam directamente o

seu bem-estar e transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades. 8- Aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com seus interesses e capacidades. 9-Poder formar movimentos ou associações de idosos.



ASSISTÊNCIA

- 10-Beneficiar da assistência e protecção da família e da comunidade, de acordo com os seus valores culturais.
- 11-Ter acesso à assistência médica para manter ou adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo a incidência de doenças.
- 12-Ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem protecção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, num ambiente humano e seguro.

13-Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, protecção e assistência. 14-Desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-o na sua dignidade, crença e intimidade. Deve desfrutar ainda do direito de tomar decisões quanto à assistência prestada pela instituição e à qualidade da sua vida.

AUTO-REALIZAÇÃO

- 15-Aproveitar as oportunidades para o total desenvolvimento das suas potencialidades.
- 16-Ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade.

DIGNIDADE

- 17-Poder viver com dignidade e segurança, sem ser objecto de exploração e maus-tratos físicos e/ou mentais.
- 18.Ser tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições económicas ou outros factores

Fonte: www.socialgest.pt

Os 12 Mandamentos da Geriatria

De Hugonot de Grenoble, 1968, adaptado por Luís Jacob

- 1º Mandamento: Um organismo central nacional de coordenação é um preliminar indispensável.
- 2º Mandamento: Devem haver sectores de acção social intermédios com relativa autonomia.
- 3º Mandamento: A mistura de idade é obrigatória.
- 4ª Mandamento: Deve-se manter a pessoa no ambiente habitual.
- 5º Mandamento: A manutenção de uma actividade é indispensável para a preservação da saúde psíquica e mental.
- 6º Mandamento: Deve-se incentivar o enquadramento e a participação do idoso na comunidade.
- 7º Mandamento: Quando a habitação própria já não apresentar condições, deve-se procurar um local seguro e agradável para o idoso.
- 8º Mandamento: Os equipamentos colectivos devem assegurar a subsistência normal do idoso.
- 9º Mandamento: O serviço hospitalar de geriatria impõe-se com serviço de reinserção social.
- 10º Mandamento: Deve-se manter os laços entre os diferentes serviços (família, domicílio, lar, hospital).
- 11º Mandamento: Impõe-se uma preparação para a reforma.
- 12º Mandamento: As pessoas que cuidam dos idosos devem ser formadas.

Fonte: www.socialgest.pt

Envelhecimento e alcoolismo

Os reformados e os operários são quem mais adere aos Alcoólicos Anónimos (AA), onde os membros têm uma média de idades de 47 anos, segundo uma sondagem de Janeiro daquela organização que apoia na recuperação do alcoolismo.

O inquérito revela que 13 por cento dos frequentadores são reformados, 12,8 por cento operários, 9,2 por cento são técnicos, 8,7 por cento desempregados, 7,3 por cento exercem profissões liberais e mais de seis por cento ocupam cargos de chefia. Com menos relevo surgem os agricultores, incapacitados, estudantes, trabalhadores domésticos, professores, profissionais de saúde, administrativos e empresários. Segundo a sondagem (...), três em cada quatro membros são do sexo

masculino e a média de idades é de 47 anos. Menos de dois por cento dos frequentadores têm abaixo de 30 anos e só nove por cento têm mais de 60 anos. A faixa etária mais referida situa-se entre os 41 e os 50 anos (36,8), seguida dos 31 aos 40 (24,5 por cento). A maioria (55 por cento) dos membros dos AA é casada, seguindo-se os divorciados (mais de 23 por cento) e os solteiros (13 por cento). Outros dados da sondagem, baseada em inquéritos realizados no final do ano passado, indicam que mais de 75 por cento dos médicos pessoais dos frequentadores sabem da sua participação na associação. Com a frequência dos AA, mais de 70 por cento dos inquiridos referiam melhorias na estabilidade emocional e familiar e mais de 40 por cento assinalaram benefícios na reinserção social e a nível profissional. O inquérito serviu também para perceber

há quanto tempo os membros dos AA estão sem beber, sendo que a maior parte (43 por cento) se apresenta sóbria há mais de um ano e menos de cinco anos. Estão sem consumir há menos de um ano outros 22,7 por cento dos membros, enquanto 21,3 por cento afirmam estar sóbrios há mais de cinco anos e menos de 10. Com mais de 10 anos sem beber álcool encontram-se apenas 13 por cento dos inquiridos. Responderam ao inquérito 437 membros dos AA, não sendo possível estimar a representatividade, porque a associação não tem registos dos frequentadores. Mas, segundo a sondagem, o intervalo de confiança é de 95 por cento.

ARP/PL

Fonte: LUSA -Agência de Notícias de Portugal, S.A. 2008-03-18 17:25:02

O Idoso e o Cuidador -Tratos e Maus Tratos

Segundo o Relatório do Eurobarómetro os «Portugueses desconfiam dos cuidados prestados a idosos - As pessoas idosas dependentes de cuidados estão também muito dependentes dos seus familiares, segundo expressaram os portugueses inquiridos pelo Eurobarómetro especial sobre a situação da terceira idade entre os 27 países da União. Mas a opinião nacional destaca-se sobretudo por uma preocupação 69% das pessoas consideram que os mais velhos estão a tornar-se vítimas de maus-tratos por parte de quem deles cuida, sejam familiares ou profissionais. Mais preocupados, só os gregos. Esta é uma das questões em que a realidade social e de assistência dos países pode ter muita influência, sugere a interpretação dos dados feita pelo Eurobarómetro. O receio de maus-tratos desce abissalmente em países como a Suécia e a Dinamarca, onde, por outro lado, são mais elevadas as taxas de cuidados prestados fora do seio da família, por instituições e profissionais. Ainda assim, há em 55% dos europeus o receio de maus-tratos a idosos e em 47% a convicção de que os maus-tratos existem mesmo. E cerca de um quarto considera que a violência é exercida pelos filhos dos idosos. Sobre os lares, os portugueses mantêm-se quase a par da Grécia quanto à desconfiança e no top europeu os cuidados aí prestados têm um padrão que deixa a desejar, dizem. Os cuidados caseiros, por profissionais, também só merecem 29% de concordância no inquérito, mas isso quanto ao custo acessível. Bem longe situam-se a Bélgica, Suécia e Dinamarca, com cerca de 60%. Metade dos portugueses admite que se tornará um dia dependente. E também metade, ao ficar dependente por velhice, gostaria de permanecer na sua própria casa e ser cuidado por um familiar próximo, preferência ligeiramente superior à manifestada pela média dos europeus. Mas Portugal tem das populações com mais dúvidas sobre se receberá cuidados adequados. O nosso país mostra, junto à Roménia, a taxa mais baixa na prestação de cuidados prolongados a familiares no decorrer dos últimos dez anos. Apenas 29% dos cidadãos nacionais o fizeram, diz o Eurobarómetro ontem divulgado.»

Fonte: Jornal de Notícias Data: 18/03/2008

Aldeias Lar: um ano depois...

Cerca de um ano depois, do Seminário levado a cabo, pelo Núcleo de Beja da REAPN, subordinado ao tema **"Aldeias lar - um futuro para o interior de Portugal"**, consideramos importante fazer um balanço sobre o impacto, as consequências e as repercussões do mesmo.

Com este Seminário pretendeu-se, mais do que efectuar um diagnóstico, **apontar um Caminho**, observando-se actualmente que muitos são aqueles que o querem seguir e que nos tem procurado na busca do mesmo. Outros todavia ainda o desconhecem ou o receiam, mas estamos convictos que mais cedo ou mais tarde também o acabarão por adoptar.

Actualmente, pode-se afirmar que o modelo está a um passo de passar de modelo, à instalação de uma primeira unidade piloto, o que supera todas as nossas expectativas.

Durante este ano, várias foram as instituições de todo o País que me solicitaram a apresentação deste modelo, desde instituições Publicas a Privadas, observando com agrado o enorme interesse e curiosidade que o

mesmo despertou no seio das mesmas.

Do mundo académico e no âmbito de trabalhos de especialização na área da Saúde, também este modelo está a ser seguido por alguns alunos, de entre estes merecem destaque alguns alunos do Porto que aqui se deslocaram para tomar um melhor contacto, reforçando a nossa tese de que este modelo é um modelo para o País e não apenas para uma região específica.

Ao nível autárquico também se observou durante este ano, o interesse por parte de alguns autarcas e Presidentes de Junta de Freguesia, que olham para este modelo como uma das possibilidades capazes de dar resposta, aportar valor e dotar de uma vocação muitas das aldeias e vilas dos seus Concelhos.

A REAPN foi ainda contactada por empresários interessados neste modelo, tendo-se proporcionado o contacto e a visita de diferentes pessoas aos lares de São Martinho das Amoreiras e de São José de Alcalar no Algarve.

O mundo "político", de igual forma e em boa hora, despertou para a temática, manifestando o seu interesse

neste modelo.

Durante todo um ano desde o Norte até ao Sul, passando pelas ilhas, várias são as notícias que continuam a sair na imprensa, associadas ao tema das aldeias Lar.

Prova deste mesmo interesse, é de igual forma possível observar-se, ao efectuar uma pesquisa por **"Aldeias Lar"**, num qualquer motor de busca na internet, ficando aqui a sugestão para todos os que não conheçam o modelo, ou que de alguma forma o queiram aprofundar.

Por tudo isto considero que a REAPN está de Parabéns pelo facto de ter acreditado e tido a coragem de no passado ano promover o Seminário **"Aldeias lar - um futuro para o interior de Portugal"**, acreditando que com o modelo proposto se possa contribuir para uma resposta social efectiva e ajustada na resolução de diferentes problemas, tais como, a **melhor dignificação do idoso, a criação e qualificação de emprego, o melhor ordenamento do território**,....

O Coordenador do Núcleo Distrital de Beja da REAPN
João Emanuel P. Martins

Livros Interessantes



Dar Voz aos Utentes

Autores: José Luís Casanova (coord.), Joana Lucas, Nuno de Almeida Alves, João Trocato da Mata e Nélia Bettencourt

Resultados de um estudo na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a colaboração de Ana Cristina Ferreira e António Firmino da Costa

Edição: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - ISCTE, 1998



Quadros Sociais de Envelhecimentos

Autores: José Luís Casanova (coord.), Filipa Alvarenga, Gisela Matos e Paula Lucas

Edição: Loja de Edição - 2001

O nosso envelhecimento

Do ponto de vista de Maria de Lurdes Quaresma, as situações de dependência estão «fortemente associadas ao percurso de cada pessoa, à sua escolarização, às questões do estatuto social e às questões do habitat. E poderiam ser resolvidas se houvesse um investimento na prevenção». Para compreender a dependência é necessário identificar a sua génese. Tal como não é fatal, nem inevitável que a pessoa chegue à velhice com problemas. Se a sociedade e o meio ajudar os cidadãos a se adaptarem às circunstâncias ao longo da vida, serão evitadas as situações de dependência. «Quando se criam instituições como paradigma estandardizado para todo o tipo de problemas, estamos nós próprios a criar mais problemas». Patrícia Paquete, terapeuta ocupacional, na sua intervenção teceu críticas à postura assumida nas instituições que recebem idosos. Do seu ponto de vista, «as instituições retiram capacidades de escolha às pessoas, não dão a oportunidade de estas de se manterem activas. Abrem-se instituições sem pensar nas necessidades de cada um». Com isto, Patrícia Paquete referiu a importância de reconhecer ao cidadão idoso, mesmo às pessoas com demência, poder de decisão e liberdade de escolha em todas as situações da sua vida. Já de um ponto de vista jurídico, para Sandra Rodrigues Almeida, o grande problema reside no vazio das políticas públicas existentes a respeito do cidadão idoso. «São políticas vazias, avulsas e não têm sentido porque ainda não se conhece o público, o objecto e o destinatário da aplicação destas políticas. Quem é o cidadão idoso?» Segundo Sandra Almeida, a situação é tão mais grave que nem a própria Constituição Portuguesa, no seu artigo 72º, sabe tratar este tipo de população. «Fala de terceira idade e de pessoa idosa, mas em última instância desconhecemos com quem estamos a lidar. Não temos um sujeito». «É preciso uniformizar a legislação, porque qualquer política pública tem de ser concebida com base num rede jurídica que ainda não está pensada para estes cidadãos. É necessário, tanto no direito público e privado, salvaguardar e garantir os direitos das pessoas idosas». Por sua vez, a enfermeira Sónia Roque, com base na sua experiência diária, comentou a sua discordância quando à abordagem numérica quando se fala de idosos e o seu simbolismo. «É o número 65 que cria um estigma, que nos qualifica como idosos». Para Sónia Roque, a partir dos 65 anos a sociedade passa automaticamente a retirar direitos e papéis sociais aos cidadãos, que antes desta idade sempre os exerceram. Outro aspecto realçado por Sónia Roque é o atributo pejorativo dado aos lares, quando deveria haver uma reflexão mais alargada sobre a relação da sociedade com o idoso, «diz-se que os lares tornam os idosos incapacitantes. E a sociedade, o que faz aos idosos? Não existem programas de actividade para os idosos, nem que seja no sistema de voluntariado.» Já o psicólogo Pedro Santos abordou, na sua intervenção, a heterogeneidade da população idosa. «Envelhecemos como crescemos, como vivemos, Não é por passar a barreira numérica dos 65 anos que as pessoas vão mudar». «Estamos numa sociedade em mudança, com as alterações na esperança de vida e na percepção da qualidade de vida. Logo, sendo uma camada heterogénea, a percepção de qualidade de vida entre os idosos é bastante diversificada». Pedro Santos alertou para a necessidade de ter em conta os trabalhos académicos e médicos sobre a população idosa, «porque a sociedade futura depende da forma como conhecemos e lidamos com os idosos, impulsionando a vida activa, a capacidade e oportunidades de escolha», quer a nível de serviços de saúde, quer de apoio residencial.

Fonte: Plataforma – Saúde em Diálogo, Setembro de 2006

Interesse na Net

<http://www.apatris21.com/>

<http://www.in-loco.pt/inloco/inloco.htm>

<http://www.animar-dl.pt/index.php>

<http://www.amcv.org.pt/>

<http://www.advita.pt/>

<http://piprem.blogspot.com/>

<http://www.projectotio.net/portal.php?Zona=0&Tipo=1>

<http://www.opcaoadopcao.org/>

<http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php>

<http://www.inde.pt/>

<http://www.conciliar.pt/>

Seminário Envelhecimento Activo

Envelhecimento activo: uma visão diversificada

BEJA | 30 ABRIL | 2008 -Teatro Municipal Pax-Júlia

PROGRAMA

- 09.00h _ **Recepção dos Participantes e entrega da documentação**
- 09.30h _ **Sessão de Abertura**
- 10.15h _ **Envelhecimento activo**
 Prof. Dra. Maria de Lurdes Quaresma _ Coordenadora da Pós-graduação em Gerontologia do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
- 10.45h _ **O envelhecimento no Distrito de Beja**
 Prof. Dra. Adelaide Malainho _ Coordenadora do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação de Beja
- 11.15h _ **A Universidade Sénior em Beja**
 Eng^a Catarina Cerol _ Universidade Sénior de Beja
- 11.45h _ **A violência contra os idosos**
 Prof. Dr. Jorge Cabral _ Presidente do Instituto de Criminologia da Universidade Lusófona
- Moderador**
 Mestre Alfredo Henriques_ Presidente do CPIHTS
- 13.00h _ **Almoço Livre**
- 14.30h _ **A Saúde e as pessoas idosas – intervenções inovadoras**
 Dr. Francisco George _ Director Geral de Saúde
 Dra. Maria João Quintela _ Direcção Geral de Saúde
- 15.15h _ **As boas práticas da Misericórdia de Lisboa**
 Dr. Rui Cunha_ Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- 16.00h _ **Voluntariado e terceira idade**
 Dra. Elisa Borges _ Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
- 16.30h _ **O PNAI e as políticas sociais para a terceira idade**
 Prof. Dra. Fernanda Rodrigues _ Coordenadora do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)
- 17.00h _ **A boa prática da Casa do Artista**
 Maria Júlia Guerra _ Direcção da Casa do Artista
- Moderador**
 Dr. Nuno Lima _ Coordenação do Núcleo Distrital de Beja da REAPN
- 17.30h _ **Conclusões e Sessão de Encerramento**
 Prof. Dr. Marcos Olímpio _ Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia Augusto da Silva (U. Évora)

Nota Informativa:

Todos os documentos e comunicações relacionados com o evento estarão disponíveis no site da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal - www.reapn.org - a partir do dia 2 de Maio de 2008.

13 mil idosos à espera de um Lar

Portugal tem **13 mil idosos em lista de espera para os lares apoiados pelo Estado**. O número foi avançado ontem pelo padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social (CNIS), após admitir a possibilidade de algumas destas valências receberem donativos de particulares em troca de vagas.

"O Estado paga menos de 330,25 euros por cabeça, independentemente das necessidades de cada um; a maioria dos utentes comparticipa com muito pouco porque as reformas são baixas; e os custos por cada pessoa são superiores a estas duas parcelas. Estas instituições ponderam constantemente a sua subsistência", justificou. Por outro lado, "são milhares os que esperam por um lugar num lar", disse, salvaguardando, porém, que "seria conveniente que situações destas [o donativo em troca de uma vaga] não acontecessem". O presidente da CNIS reitera que as IPSS's fazem um esforço de sustentabilidade muito grande, sendo que há dois anos foi prometido pelo Governo a renegociação do modelo de cooperação, visando uma maior participação estatal. "Em Julho de 2006 surge a proposta para estudar-se um novo modelo, que pretendia ponderar os custos reais e diversificar a comparticipação [em função das necessidades dos utentes]. Acontece que, desde então, não voltou a haver diálogo sobre o assunto", contextualizou. O Governo não avança com um modelo actualizado de cooperação, leia-se comparticipação, e as IPSS's vêm-se a braços com a sua sustentabilidade. "Os idosos ficam mais tempo nos lares e cada vez mais dependentes, o que implica maiores custos; e o Estado dá menos de 350 euros por cada um. O montante é uniforme e ignora necessidades específicas. Por outro lado, as pessoas têm reformas muito baixas, participando com pouco", especificou o padre Lino Maia.

Neste frágil equilíbrio de contas - onde aquilo que o Governo dá e aquilo com que o utente comparticipa não chegam para cobrir os custos - o recurso aos donativos é uma das estratégias de subsistência. "Não podemos aceitar só os pobrezinhos, senão não sobreviveríamos". A tradução, em poucas palavras, é do cônego Francisco Crespo, do **Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Paulo, em Lisboa**, e ilustra a generalidade das opiniões recolhidas pelo JN. Já sobre o facto de os donativos poderem ser o passe de entrada de alguns idosos, passando à frente de quem há mais tempo estava em lista de espera, todos dizem "Não senhor". "Podem dar o donativo depois de entrarem, mas não como moeda de troca". É que a moeda de troca, garantiu anteriormente Edmundo Martinho, presidente do Instituto da Segurança Social, "é ilegal e constitui crime de burla". O **Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua, em Matosinhos**, têm uma lista de espera para a valência de lar que contabiliza 150 pessoas. O responsável por aquela IPSS's, o padre Mário Andrade, esclarece que muitas pessoas se registam em vários lares, pelo que há repetição de registos. Ou seja, em números reais a lista contabilizará cerca de 100 pessoas. O lar tem 103 utentes e cada uma comparticipa, em média, com 300 euros. A este montante acresce os 330 euros concedidos pelo Estado. "Sucede, porém, que cada utente custará, em média, cerca de 800 ", avançou, acrescentando que a instituição "vai vivendo com milagres". "Claro que aceitamos donativos", afirma, recordando um utente que "já depois de entrar, ofereceu a sua casa". No **Centro Social e Paroquial de Alfena**, os utentes do lar da 3ª idade custam, em média, por mês, mais de mil euros. Cada utente comparticipa com cerca de 300 euros, recebendo do Estado 330. A contabilidade equilibra-se com os contributos dos familiares dos utentes, esclarece o padre Carneiro Dias, responsável por aquela IPSS. "As famílias têm que se responsabilizar pelos seus idosos", argumentou. Sobre os donativos, o padre Carneiro Dias é peremptório "Não se pedem, não se exigem e jamais são um pretexto para a entrada no lar, mas se depois de o utente ter entrado - e entra se se verificarem as devidas condições - quiser dar um donativo, pois concerteza que é aceite". De qualquer forma, esclarece, os donativos são uma prática que tem decrescido. O **Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Paulo, em Lisboa**, tem um lar de 3ª idade com 120 utentes. Garante o cônego Francisco Pereira Crespo que ultrapassa o milhar o número de pessoas em lista de espera. "Se me desse dez lares iguais a este, eu lotava-os em muito pouco tempo". Cada utente, entre o montante da sua reforma e o que a família pode conceder, não dá mais do que 500 euros. E o Estado não comparticipa com os mesmos 330 euros por cabeça. As contas equilibram-se "com donativos, que são aceites, concerteza; e com a ajuda do Banco Alimentar", exemplifica. Ainda em relação aos donativos argumenta que, "se a pessoa quiser doar alguma coisa, já depois de ter entrado no lar, pois claro que é muito bem recebido". Para o lar **Mansão de S. José, em Beja**, que recebe comparticipação do Estado, há 60 pessoas à espera de uma vaga. Ali, garante José Quirino, o vice-presidente, "a entrada é prioritária para quem não tem ninguém que tome conta delas ou que estejam em situação de muita dependência". Sobre a gestão, o discurso é similar a todos os outros responsáveis por IPSS's. "A ginástica é muita. Cada utente comparticipa com muito pouco, até porque as pessoas que chegam do meio rural têm reformas muito pequenas. Acresce a isto o facto de as pessoas terem que ficar com o suficiente para medicamentos, o que nem sempre acontece". Sobre os donativos, garante José Quirino "são aceites depois de a entrada ter sido concedida e não como moeda de troca".



NÚCLEO DISTRITAL DE BEJA

Rua de Mértola 43 2º Esq
7800-475 Beja
Telefone: 284 325 744
Fax: 284 325 745
Correio elect: n.beja@reapn.org

Como divulgar no Planície em Rede

Se pretende divulgar uma iniciativa no próximo número do Planície em Rede, pode enviar a informação que deseja até ao dia 15 de Maio, através do e-mail n.beja@reapn.org.

www.reapn.org

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA
<http://reapnimprensa.blogspot.com/>



Envelhecimento Activo: Uma reflexão (continuação)

Que sofrimentos não escondem os nossos idosos, neste tipo de situações, ou noutras, em que se vêm empurrados para locais onde se vêm afastado de todos os seus referenciais, amigos familiares e bens?

Portugal e a Europa apresentam um envelhecimento da sua população, constatando-se que o número de unidades capazes de dar respostas adequadas e com a dignidade merecida aos seus idosos é diminuta e insuficiente.

As famílias por seu lado, na sua grande generalidade, não têm tempo, nem disponibilidade para cuidar dos seus idosos, reservando este papel para terceiros.

Importa assim *rever o papel e a importância da família*, nomeadamente nos meios e tempo necessários para dedicarem aos mais velhos e aos seus filhos, onde a importância dos valores a transmitir dentro e fora de casa, aos mais jovens é determinante, nomeadamente na necessidade de respeito pelos mais velhos, por forma a que mais tarde se possa colher aquilo que se semeou.

Com base nestas constatações e considerações, importa sim apostar e fomentar respostas reais e efectivas por parte da sociedade aos problemas aqui enunciados, é aqui que de plena convicção, considero que o modelo de **ALDEIAS LAR**, é o que melhor responde às necessidades dos idosos, em particular daqueles que vivem no interior do País, sendo que como

premissa base deste modelo está sempre a *dignificação do Idoso*, ao qual se têm de dar AMOR e carinho, alegria e Paz, Paciência e benevolência, bem como o conforto que merecem, e que no fundo e no sentido lato, é o que todo o ser humano mais ambiciona.,

De igual forma, garantir ainda a todos os idosos que possam e queiram um *“envelhecimento activo”*, quer pela afectação de tarefas em que se possam envolver, quer no proporcionar de actividades de que possam beneficiar, fórmula que permitirá certamente um envelhecimento muito mais risonho.

O Coordenador do Núcleo Distrital de Beja da REAPN

João Emanuel P. Martins